

AMMP NOTÍCIAS

MAR DE



NUNCA MAIS

AMMP e CAOMA realizam coletiva de imprensa para abordar PL Mar de Lama Nunca Mais

Editorial

Caros associados,

A AMMP começou 2019 em alerta para proteger as prerrogativas do Ministério Público e para defender a sociedade e o meio ambiente das consequências da tragédia de Brumadinho.

Durante todo o mês de janeiro, foram organizadas diversas reuniões com conselheiros do CNMP com o propósito de reverter a decisão que suspendeu a assistência médico-hospitalar aprovada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em dezembro passado. A articulação pretendeu demonstrar que o benefício não tem qualquer relação e não pode ser confundido com o antigo auxílio-moradia. Durante as reuniões, a AMMP buscou esclarecer o histórico do projeto encaminhado em junho de 2018, após a suspensão do auxílio-saúde por decisão liminar do Ministro do STF Luís Roberto Barroso.

Em relação ao rompimento da barragem em Brumadinho, é importante recordar que em 2016, no contexto do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana, a Associação capitaneou a campanha para aprovação do Projeto de Lei Mar de Lama Nunca Mais. A iniciativa, que recolheu 56 mil assinaturas de eleitores de todo o Estado, propõe mudanças substanciais no que diz respeito à segurança na disposição de rejeitos oriundos da atividade minerária.

Atualmente, o PL Mar de Lama Nunca Mais (PL 3.695/16) está apensado ao Projeto de Lei 3.676/16. No entanto, este texto desfigura pontos de suma importância da proposta original, o que resultará em uma legislação ambiental, no mínimo, insuficiente.

Infelizmente o PL 3.676, de autoria da Comissão Extraordinária de Barragens da Assembleia, pode ser levado ao plenário da Casa para votação ainda no primeiro semestre. Para contrapor ao contexto, a AMMP, mais uma vez, está se mobilizando, certa de que só uma lei adequada poderá dar fim ao mar de lama que enterra cidadãos e a biodiversidade mineira. Não podemos permitir que qualquer lei defina os rumos do Estado.

Diretoria AMMP



ASSOCIAÇÃO MINEIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Presidente:
Enéias Xavier Gomes

Rua Timbiras, 2.928
Barro Preto
30140-062
Belo Horizonte/MG
ammp@ammp.org.br
www.ammp.org.br

O AMMP Notícias é uma
publicação da
Associação Mineira do
Ministério Público

1º vice-presidente:
José Silvério Perdigão de
Oliveira

2º vice-presidente:
Larissa Rodrigues Amaral

3º vice-presidente:
Luiz Felipe de
Miranda Cheib

4º vice-presidente:
Hugo Barros de Moura Lima

1º diretor administrativo:
Fabrício Marques Ferragini

2º diretor administrativo:
Fabiano Ferreira Furlan

1º diretor financeiro:
Eduardo Francisco
Lovato Bianco

2º diretor financeiro:
Francisco Chaves Generoso

Responsáveis pela edição

Jornalista responsável
Guilherme Reis
(MG 174.031)

Repórteres
Bárbara Peixoto
(MG 0018414)

Felipe Jávare
(MTB 12046/MG)

Diagramação
Bárbara Peixoto

Tiragem
1.000 exemplares

CNMP concede efeito suspensivo na decisão que desfavoreceu o pagamento do auxílio-médico hospitalar

No dia 7 de fevereiro, o Conselheiro do CNMP, Luciano Nunes Maia Freire, a partir de recurso interposto pela Procuradoria-Geral de Justiça, suspendeu os efeitos da decisão proferida no Procedimento de Controle Administrativo 1.00002/2019-52, que determinava a suspensão do pagamento de toda e qualquer verba a membros do Ministério Público da União e dos Estados instituída após 26 de novembro de 2018. O auxílio médico-hospitalar para os membros do MPMG foi aprovado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em dezembro de 2018.

De acordo com Luciano Nunes Maia Freire, “é inegável que as verbas pecuniárias discutidas nestes autos foram instituídas legitimamente, porquanto criadas mediante leis complementares editadas nas respectivas esferas de competência legislativa. Nessas condições, não é demasiado destacar que, na linha da sólida jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o CNMP, em regra, não possui competência para realizar controle de constitucionalidade de lei, considerando que se trata de órgão de natureza administrativa, cuja atribuição é promover o controle de legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público brasileiro.”

Articulação

Durante janeiro, a AMMP participou de uma série de reuniões com os conselheiros do CNMP para ponderar acerca dos equívocos da decisão proferida no PCA 1.00002/2019-52.

A Associação reiterou nos encontros que a Lei Complementar nº 147/2018, sancionada pelo Executivo Estadual

em dezembro, não pode ser confundida com o auxílio-moradia.

As tratativas começaram no dia 11 de janeiro. Além de fazer contato com os conselheiros do CNMP em Brasília, a AMMP, por meio do escritório de Advocacia do Dr. Aristides Junqueira, solicitou a habilitação da CONAMP no feito como “amicus curiae”, a fim de legitimar a atuação nos autos.

No dia 15 de janeiro, a diretoria e o Procurador-Geral de Justiça Antônio Sérgio Tonet, foram recebidos pelo Conselheiro do CNMP Luciano Nunes Maia para tratar do tema. Na oportunidade, também foi discutida a indenização de férias-prêmio, amparada em decisão do próprio CNMP, do TCE e em lei Estadual, salientando a simetria com a Magistratura e a impossibilidade de controle de constitucionalidade em relação a matérias sequer apreciadas pelo STF.

Posteriormente, no dia 16 de janeiro, outra audiência com o Conselheiro Luciano Nunes Maia foi realizada para abordar a assistência médico-hospitalar. Participaram da reunião o vice-presidente da AMMP, José Silvério Perdigão; o presidente da CONAMP, Victor Hugo Azevedo, acompanhado do diretor Tarcísio José Sousa Bonfim; o presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco, Marcos Carvalho; o presidente da Associação Cearense do Ministério Público, Lucas Azevedo, e o Assessor Jurídico da CONAMP, Aristides Junqueira.

No dia 24 de janeiro, durante reunião, Luciano Nunes Maia explicou que aguardaria o prazo para a manifestação dos interessados, tendo em vista que muitos MPs estavam se habilitando nos autos.



AMMP se reúne com integrantes do novo governo federal



No dia 9 de janeiro, a diretoria da AMMP participou de reuniões com integrantes do novo governo federal para tratar de questões institucionais envolvendo as prerrogativas do Ministério Público.

AMMP prestigia posse da Amperj

A diretoria da AMMP prestigiou, no dia 14 de janeiro, a solenidade de posse da nova diretoria e dos conselhos consultivo e fiscal da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. A solenidade foi realizada na sede da Amperj, no Centro do Rio de Janeiro.

Diretoria da AMMP participa de posse do presidente da Amagis

A diretoria da AMMP participou, no dia 10 de janeiro, da posse do Desembargador Alberto Diniz como presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis).

2019 começa com Chá das 3

A AMMP realizou, no dia 8 de janeiro, na sede, o Chá das 3 para pensionistas e aposentados. Evento marcou o início da agenda de eventos da Associação em 2019.

Como habitualmente acontece, o Chá das 3 ofereceu ambiente com música e bufê especial para os convidados. O próximo encontro acontecerá no dia 5 de fevereiro.



AMMP e CAOMA realizam coletiva de imprensa para abordar PL Mar de Lama Nunca Mais



Foi realizada, no dia 7 de fevereiro, na sede da Associação, coletiva de imprensa aberta aos principais veículos de informação presentes no Estado, para reafirmar a importância da aprovação do Projeto de Lei Mar de Lama Nunca Mais, que prevê regras mais rígidas na disposição de rejeitos minerários. A proposição legislativa nasceu de campanha capitaneada pela AMMP, em 2016, que colheu mais 56 mil assinaturas por todo estado. Atualmente, o texto tramita na Assembleia de Minas Gerais apensado ao PL 3.676/16, que exclui pontos de suma importância no que diz respeito à segurança das barragens.

O presidente da AMMP, Enéias Xavier Gomes, em sua fala, destacou que o PL Mar de Lama Nunca Mais, apresentado há três anos na Associação, ainda não foi aprovado e conclamou apoio da sociedade e imprensa. "Há três anos, no dia 31 de março, estávamos neste mesmo lugar, junto a membros do Ministério Público e da sociedade civil para apresentar o PL Mar de Lama Nunca Mais, de iniciativa popular. Aquele projeto, como formado, com tudo aquilo que era necessário, não foi aprovado até a data de hoje pela Assembleia de Minas. Tramita apensado a um outro projeto que não atende os anseios do MP e da população. Queremos a aprovação do Mar de Lama Nunca Mais, não a aprovação de um projeto "

A Promotora de Justiça e coordenadora do Centro Operacional do Meio Ambiente do MPMG e coordenadora da Força Tarefa do MP para apurar a queda da barragem da Vale em Brumadinho, Andressa Lanchotti, destacou que o PL 3.676, não apresenta garantias de proteção à população e ao meio ambiente.

Ela destacou que a matéria suprimiu a "caução", que é uma forma das mineradoras reservarem dinheiro para

ser utilizado em caso de desastre e que não traz detalhes "sobre a presença de pessoas na zona de autossalvamento". "Samarco e Vale são duas gigantes do setor, mas e se uma tragédia ocorre com uma empresa sem capital ou em mina abandonada? Queremos um marco regulatório efetivo. As questões econômicas não podem continuar se sobrepondo às questões humanas e sociais. "

O deputado estadual João Vítor Xavier, responsável por representar o PL Mar de Lama Nunca Mais como substitutivo ao PL 3.676/16, no ano passado na Comissão de Minas e Energia, onde foi vencido, destacou que o texto mais rigoroso tem a possibilidade de ser aprovado rapidamente na Assembleia. O parlamentar explicou que apresentará, mais uma vez, o texto na Comissão de Administração Pública, onde, atualmente, está tramitando, em segundo turno, o PL 3.676. "Podemos aprová-lo rápido, porque já foi amplamente discutido, está em segundo turno e falta passar apenas pela Comissão de Administração. Passando por ela, já pode ser votado em Plenário. É um texto mais duro, mais sério, mas extremamente necessário para a realidade de Minas Gerais. "

Por sua vez, a Promotora de Justiça e coordenadora da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural de Minas Gerais, Gisele Ribeiro de Oliveira, ressaltou que a Assembleia tem uma nova oportunidade de mudar a legislação que trata de segurança de barragens em Minas Gerais. "É importantíssimo que a sociedade se una e acompanhe a tramitação do projeto. Também é importante que a população exija de seu representante na Casa a efetiva mudança na legislação. "

Também compondo a mesa da coletiva de imprensa, o superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em Minas, Julio Cesar Dutra Grillo, afirmou que é preciso tirar "esta espada das nossas cabeças". "As barragens já existentes são uma espada pendurada sobre nossas cabeças. Todas as barragens de rejeito construídas no processo de hoje correm risco de rompimento", apontou.

Representante do Movimento pelas Serras e Águas de Minas (MovSAM), Maria Teresa Corujo, sinalizou que é necessário fortalecer o PL Mar de Lama Nunca Mais. "Nesta nova legislatura na Assembleia, temos, como sociedade, que fazer com que o texto se concretize. Vamos trabalhar juntos para que tenhamos um marco com as mudanças necessárias".

O promotor de Justiça e membro da Força Tarefa do MP para apurar a queda da barragem da Vale em Brumadinho, Francisco Chaves Generoso, também participou do ato.

#AMMPACOMPANHA

Canil do Complexo Penitenciário Nossa Senhora do Carmo recebe verbas de projeto apoiado pelas Promotorias de Justiça de Carmo do Paranaíba

A partir da necessidade de aprimorar a segurança e a eficiência dos trabalhos desenvolvidos no âmbito prisional, a direção do Complexo Penitenciário Nossa Senhora do Carmo apresentou ao MP e ao Judiciário um plano de melhoria e de manutenção de seu canil.

Por sua vez, as Promotorias articularam com a ONG Guarará, em janeiro deste ano, por meio de um Procedimento de Projeto Social, a destinação de R\$ 15,8 mil para a estrutura. Os recursos são originários de prestações pecuniárias as quais a entidade não-governamental recebe por indicação do MP. O montante está sendo utilizado para adquirir insumos, material de adestramento, ração e outros itens caninos.

Os Promotores de Justiça Carolina Frare Lameirinha e Bernardo de Moura Lima Paiva Jeha, que atuaram conjuntamente na confecção do Procedimento de Projeto Social, explicaram que os cães são de suma importância para as atividades cotidianas do sistema prisional. “Como

abordado pela direção do complexo penitenciário, os animais são extremamente úteis. Os cães ajudam a garantir a segurança dos agentes penitenciários e do interno. É provado que o animal impõe mais respeito do que uma arma, neste contexto. Entendemos a necessidade e fizemos o procedimento”.

O Canil Nossa Senhora do Carmo foi construído em 2018 a partir de diversas ações da direção do Complexo Penitenciário Nossa Senhora do Carmo, do Ministério Público, do Poder Executivo local, do Conselho de Segurança Pública da Comunidade de Carmo do Paranaíba (Consep), dos agentes penitenciários e da sociedade civil.

De acordo com o projeto apresentado pelo corpo diretivo do presídio, os cães são utilizados no trabalho de guarda, proteção de agentes, faro de entorpecentes, celulares e presos fugitivos. Para que estas habilidades caninas sejam desenvolvidas, os animais precisam ser treinados desde filhotes.



“Sempre acreditei na força e no prestígio do Ministério Público”



Lucas Dias Pereira Nunes
Promotor de Justiça

1) Conte um pouco sobre sua trajetória pessoal e profissional

Nasci na cidade do Rio de Janeiro/RJ, cidade em que fui criado. No ano de 2003 me formei na Universidade Cândido Mendes-Ipanema. Após formado, cheguei a advogar, mas por vocação, decidi focar nos estudos para ingressar nas carreiras públicas. Em agosto de 2007 fui aprovado no concurso de Juiz do Estado de Alagoas e em setembro do mesmo ano fui aprovado no concurso do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, tendo tomado posse na Magistratura alagoana em abril de 2008, cargo que exerci até julho no mesmo ano, momento em que ingressei nos quadros do Ministério Público

do Estado de Minas Gerais.

2) Quando ingressou no MPMG e que o motivou a se tornar promotor?

Sempre acreditei na força e no prestígio do Ministério Público, principalmente em relação ao combate ao crime organizado, com foco sempre no combate exaustivo à corrupção. Além disso, tento voltar a minha atuação no controle da improbidade administrativa, atuando de maneira preventiva ou, sendo o caso, ajuizando ações de improbidade administrativa e criminais contra os agentes públicos malfeitores.

3) Em Águas Formosas, Araguari, Manga e João Monlevade, o sr atuou nas áreas criminal e infância, quais foram as dificuldades encontradas?

Águas Formosas foi a minha primeira comarca, comecei em um momento tumultuado, pois estava em época de campanha eleitoral das eleições para prefeito e vereadores de 2008, havendo diversas demandas eleitorais naquele momento. Somavam-se a isso as outras atribuições de caráter urgente, fazendo com que houvesse muita demanda na Promotoria de Justiça, além da ausência, naquela época, de com-

ponentes básicos da rede de proteção de crianças e adolescentes. Nas demais comarcas em que atuei em promotorias com atribuições criminal e de curadoria da infância e juventude pude observar uma triste realidade nacional, a tragédia do tráfico de drogas que atinge principalmente os adolescentes. Em razão disso, sempre procurei trabalhar de perto com as polícias Civil e Militar para realizar um efetivo combate a este mal, gerando daí inúmeras operações, com prisões de envolvidos, confisco de bens e o desmantelamento de quadrilhas.

4) Hoje em dia, na promotoria de Teófilo Otoni, quais são os desafios que o senhor encontra no dia a dia como promotor?

Fui promovido para a Comarca de Teófilo Otoni em setembro de 2012, tendo atuado na 6ª Promotoria de Justiça (criminal) até dezembro de 2016, quando removi para a 7ª Promotoria de Justiça, a qual possui atribuição da curadoria da saúde. Também ocupo desde julho de 2018 a Coordenadoria Regional de Saúde da Macrorregião Nordeste. Já no primeiro mês na nova atribuição se iniciou o trabalho mais

árido até então da minha carreira, mas também o mais satisfatório, que foi a intervenção consensual, via TAC, no Hospital Santa Rosália, o qual é o responsável pelo atendimento de mais de 1 milhão de habitantes de toda a região dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha. Naquele momento o hospital estava com quase todas as clínicas fechadas, mas durante o processo de intervenção foi possível reativá-las e deixá-las em pleno funcionamento até a entrega do hospital a associação mantenedora, o que ocorreu em dezembro de 2018. Além disso, foram deflagradas algumas operações para apurar desvios nos recursos ligados à saúde, ocasionando a prisão de várias pessoas e o ressarcimento de valores desviados aos cofres públicos municipais.

5) O senhor faz ou já fez uso de algum serviço da AMMP?

Faço uso do plano de saúde e dos apartamentos da associação em Belo Horizonte.

6) Filme e livro prediletos

A vida é Bela, de Roberto Benigni, e Cem Anos de Solidão, de Gabriel Garcia Marquez.

Inteligência artificial: em que este fenômeno nos afeta?



Vanessa Fusco Nogueira Simoes é Promotora de Justiça do Estado de MG, Instrutora certificada de Investigação em mídias sociais (SMIA)- MCFEE Institute USA.

Nos últimos meses ouvimos quase que diuturnamente palavras até então desconhecidas por nós, profissionais do direito e que, quer queiramos ou não, batem à porta e entram em nossas vidas, anunciando que vieram para ficar. São elas : inteligência artificial, blockchain, criptomoedas, bots . As novas tecnologias estão inexoravelmente presentes em nossas vidas, ainda que não saibamos exatamente o significado destes termos. Assim é que quando vamos enviar uma mensagem naquele ícone “ajuda” ou “fale conosco” de uma determinada empresa, digitamos ansiosos e imediatamente recebemos

uma resposta: claro, de um robô, ou melhor, de um bot. E assim também nos serviços de atendimento ao cliente por telefone, em ligações para ofertas de produtos, etc : tudo controlado por estes bots, que tem os mais diversos nomes para parecerem amigáveis e até humanos: Bia, de um Banco privado; Lu de uma loja de eletrodomésticos, Vivi de uma operadora de telefonia, e assim por diante (estes bots operam os chamados chatbots).

Na definição de Rodrigo Loureiro em artigo no site Olhar Digital, “bot é um programa de computador que foi fabricado para automatizar procedimentos, geralmente repetitivos, com o objetivo de auxiliar as pessoas. A palavra “bot” vem do inglês robot . Ou seja, um bot nada mais é que um robô, mas que existe apenas em formato digital”. Estes bots podem ser usados para o bem e também de forma maliciosa. Nas últimas eleições presidenciais brasileiras, por exemplo, a Fundação Getúlio Vargas observou que, no caso do Twitter, o percentual de interações (retuítes) motivadas por robôs nas discussões sobre os presidenciais manteve-se acima

dos 10%. Tal realidade fez nascer a indagação para os mais afoitos em discutir política nas redes sociais: você já discutiu com um robô hoje?

Assim é que na nova era da tecnologia nós os profissionais do direito estamos atônitos. E neste momento em termos de persecução criminal principalmente, “sobreviverá o mais apto”, pois a inteligência artificial – abreviada em inglês como IA – avança implacavelmente e já afeta uma ampla gama de fatores econômicos e sociais. Segundo a OECD – Organization for Economic Co-operation and Development mais de 50% das transações financeiras globais são sustentadas por IA .

Por consequência, e como seria esperado, a tecnologia também atrai criminosos. Demonstrando a relevância deste cenário, a INTERPOL lançou recentemente um Relatório denominado “Innovation Report : Artificial Intelligence” onde consigna sua preocupação com o tema das novas tecnologias e a migração de criminosos para a prática de crimes neste ambiente. O relatório traz recomendações para que “as polícias a nível mundial construam

estratégias, invistam em especialistas, assegurem a ética e justiça nos procedimentos, bem como a transparência no policiamento envolvido com a IA”.

Mas então voltemos à nossa pergunta inicial: em que a Inteligência Artificial vai nos afetar? Já nos afeta em praticamente tudo e cada vez mais este conhecimento deverá ser incorporado aos atores do sistema de justiça criminal. Podemos prever que daqui a uma década já não se farão investigações que não envolvam a IA de alguma maneira. Cite-se por exemplo os Bancos. Nós os usuários estamos interagindo diariamente com os bots e na hipótese de ocorrência de uma fraude, a quem se responsabilizar? Segundo a FEBRABAN, uma tendência prevista para 2019 é atuação de robôs nos bastidores das instituições, por meio da Automação Robótica de Processos (RPA, na sigla em inglês). Com a ajuda da inteligência artificial, os robôs serão usados para aumentar a eficiência operacional e automatizar atividades internas dos bancos. Este é só um dos setores que estão fortemente investindo na inteligência artificial. E não para por aí. Com relação às

investigações criminais envolvendo o crime de lavagem de capitais, também a IA já vem trazendo grande transformação. Nos dados apresentados pela FEBRABAN, 80% das instituições do setor disseram que apostam em IA e computação cognitiva para atender aos movimentos de mercado.

Além da preocupação da INTERPOL com os rumos da IA e a investigação e perseguição penal, a Comissão Europeia também discute a matéria, sob uma outra perspectiva. Recentemente foi lançada pela referida Comissão um esboço de um plano de diretrizes para trabalhar a ética na temática da Inteligência Artificial

(AI HLEG Draft Ethic Guidelines). As orientações que norteiam citado documento, ainda em discussão, são: “assegurar que a IA seja centrada no ser humano - a IA deve ser desenvolvida, implantada e usada com um propósito, fundamentada e reflexiva dos direitos fundamentais, dos valores sociais e da ética; nos princípios de beneficência (fazer o bem), da Não-Maleficência (não causar dano), da autonomia dos seres humanos, e de Justiça e Explicabilidade. Isso é crucial para trabalhar em direção à AI Confiável”.

O avanço tecnológico que se pretende no Ministério Público mineiro, apostando na inserção da

Inteligência Artificial para a otimização e melhoria da atuação ministerial na atividade fim não pode ser desacompanhado da capacitação de seus membros e servidores. Passa certamente pelo estabelecimento de padrões éticos mínimos. De fato, há preocupações sobre privacidade e direitos civis relacionados à IA. A Interpol cita como exemplo a tecnologia de reconhecimento facial. A tecnologia de reconhecimento usada na identificação de criminosos carrega “riscos de erros e abuso” de acordo com um relatório da NBC News (2018). Também foi descoberto que os algoritmos de reconhecimento facial têm dificuldades em distinguir rostos de pessoas com pele

escura, o que poderia levar a um potencial abuso da tecnologia, aponta o documento da INTERPOL.

Assim é que a possibilidade de erros e abusos neste ambiente deve instigar a discussão sobre a minimização de riscos na adoção da inteligência artificial. A iniciativa de utilização de novos recursos tecnológicos deve vir sempre acompanhada de cautela e sobretudo de investimento em capacitação de seus usuários e destinatários, levando em conta a complexidade das consequências que a inteligência artificial envolve. Afinal, deve ser fundamental saber se estamos ou não interagindo com um ser humano ou um robô.

*Os artigos publicados no AMMP Notícias não refletem a opinião da AMMP



Participe do nosso AMMP Notícias
Envie sua sugestão de artigo
E-mail: jornalismo@ammp.org.br

AMMP Saúde

ANS lança projeto para estimular atenção primária em saúde

Fonte: ANS

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) apresentou em (26/04/18) o Projeto de Atenção Primária à Saúde (APS). A iniciativa prevê a concessão, por intermédio de entidades acreditadoras independentes, de um selo de qualidade às operadoras de planos de saúde que cumprirem requisitos pré-estabelecidos. O objetivo de instituir o selo APS é estimular a qualificação, o fortalecimento e a reorganização da atenção básica, por onde os pacientes devem ingressar no sistema de saúde. O projeto propõe ainda a implementação de modelos adequados de remuneração de prestadores, com foco no cuidado do paciente, e a adoção de indicadores para monitoramento dos resultados em saúde. A proposta da ANS é que a adesão seja voluntária.

O Projeto APS pretende envolver a coordenação e a integração do cuidado em saúde centrado no paciente, incentivando o desenvolvimento de estratégias de cuidado integral, especialmente de doenças crônicas não-transmissíveis mais prevalentes em adultos e idosos, tais como, doenças cardiovasculares, diabetes, doenças respiratórias e câncer. Doenças e condições ligadas ao ciclo de vida (de crianças e adolescentes), à maternidade e ao período perinatal, além de doenças emergentes, como depressão e quadros de demência e doenças bucais mais prevalentes, como cárie e doença periodontal também poderão ser tratados no programa.

“Estamos propondo a desconstrução de um modelo vigente por décadas, e que tem se mostrado ineficaz. Hoje, o paciente começa o atendimento em uma instância de maior complexidade (hospital) e não encontra organização e linearidade no cuidado. Dessa forma, recebe uma assistência fragmentada e que acaba gerando também muitos desperdícios ao longo do sistema”, explica o diretor de Desenvolvimento Setorial da ANS, Rodrigo Aguiar. Com a implementação do projeto, espera-se a ampliação do acesso dos beneficiários a médicos generalistas; a vinculação dos doentes crônicos a coordenadores de cuidado; a redução das idas desnecessárias a unidades de urgência e emergência e das internações relacionadas a

casos que podem ser resolvidos na atenção primária; e a ampliação da proporção de usuários que fazem uso regular de um mesmo serviço de saúde. Esses itens serão medidos através de indicadores específicos.

“Estima-se que atenção primária resolva de 80% a 85% dos problemas de saúde da população, ou seja, é um nível fundamental da assistência que precisa ser incentivado e aprimorado para que tenhamos melhores resultados em saúde e para que todo o sistema funcione bem. Além da melhoria do cuidado, a implementação de estratégias de atenção primária contribui para a sustentabilidade do setor, já que são capazes de reduzir custos ao focar em prevenção e promoção da saúde”, analisa a Gerente de Estímulo à Inovação e Avaliação da Qualidade Setorial, Ana Paula Cavalcante.

Para elaborar a proposta do Projeto APS, a Agência está utilizando experiências bem-sucedidas que já vem desenvolvendo em conjunto com operadoras e prestadores de serviços de saúde, como os projetos Parto Adequado, Idoso Bem Cuidado e OncoRede. A proposta também é inspirada em experiências desenvolvidas em outros países, como Reino Unido e Canadá, baseadas em premissas como acolhimento, coordenação e integralidade do cuidado, orientação ao paciente e à comunidade, cuidado multiprofissional e foco em promoção, prevenção, reabilitação e cuidados paliativos. “Partimos de necessidades identificadas para melhorar o cuidado aos pacientes com condições crônicas, reconhecendo a importância da reorientação dos modelos de prestação e remuneração de serviços na saúde, contando com os resultados já factíveis atingidos em outros projetos que estamos desenvolvendo. Estamos confiantes que teremos muitas adesões de operadoras interessadas em melhorar a qualidade da atenção prestada a seus beneficiários”, avalia o diretor.

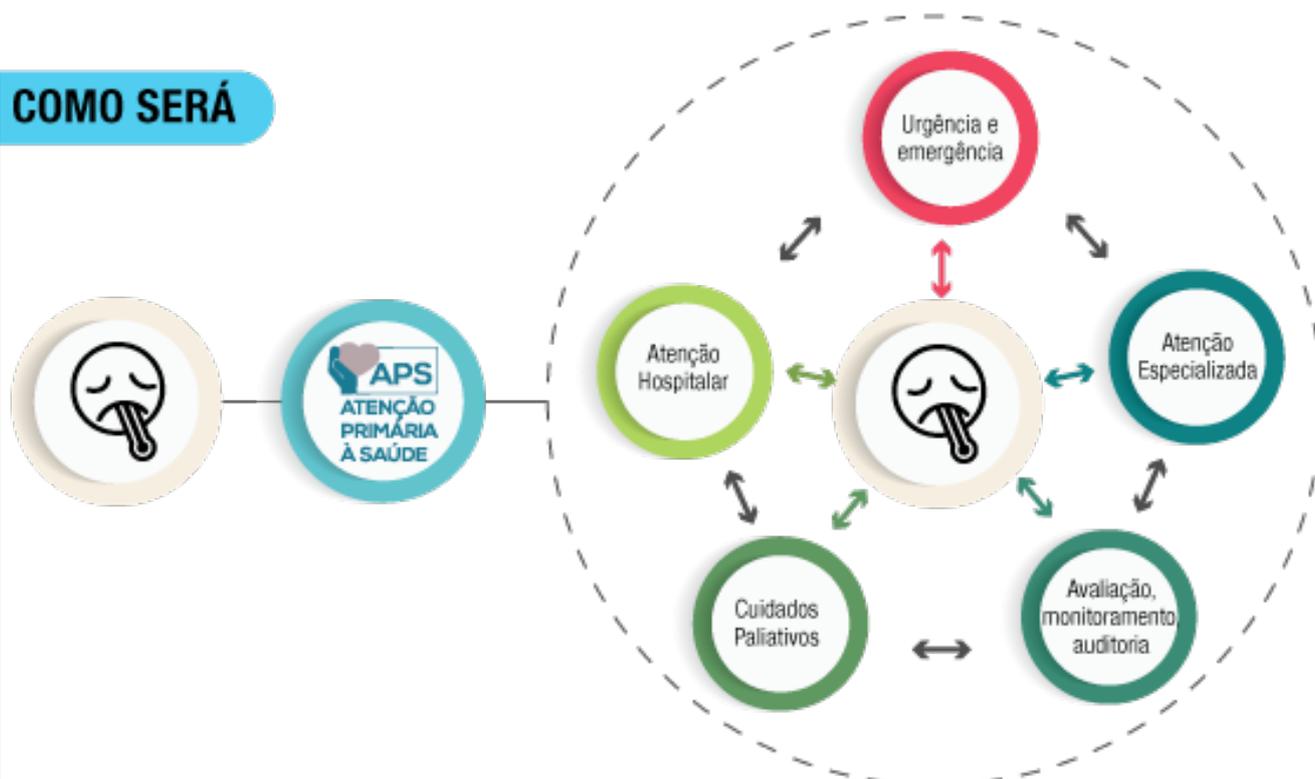
Antes de ser implementado, o projeto ainda será submetido à participação social para que o setor de saúde suplementar e a sociedade de maneira geral possam conhecer em detalhes as propostas e contribuir com sugestões.

Proposta de Fluxo do Cuidado

HOJE



COMO SERÁ



Paciente com:
Doenças cardiovasculares, diabetes, doenças respiratórias, câncer, doenças e condições ligadas ao ciclo de vida, à maternidade e ao período perinatal, depressão, demência e doenças bucais.

Comunicado AMMP-Saúde

NOVOS CONVENIADOS

BELO HORIZONTE

Cardioanálise Centro de Análise Cardiológico S/S Ltda

Endereço: Avenida Cristóvão Colombo, 550 Sala 704

Bairro: Savassi - Belo Horizonte - CEP: 30140-150

Telefone: (31)3261-1744

Especialidade: Cardiologia

Angiologia

COMUNICADO

ATENDIMENTO 24 HORAS NO - HMT

No dia 7 de janeiro de 2019, o Hospital Madre Teresa ampliou o plantão do atendimento 24 horas. Atualmente oferece cinco especialidades: cardiologia, cirurgia geral, clínica médica neurologia e ortopedia.

DIVINÓPOLIS

Nome: Centro de Reabilitação Integrada Eirelli

Endereço: Rua Av. Rio Grande do Sul, 1454

Bairro: Centro - Divinópolis - CEP: 35500-025

Telefone: (37)3226-6006

Especialidade: Fisioterapia

Nutricionista

Fonoaudiologia

Psicologia

CANCELAMENTOS DE CONVÊNIOS

Nome: Júlio Armando Rivas Yepez

Endereço: Rua Dos Timbiras, 3109 Sl. 404

Bairro: Barro Preto - Belo Horizonte - CEP: 30140-062

Telefone:

(31)3295-5164

Especialidade: Angiologia e Cirurgia Vascular

Nome: Tereza Cristina Moreira Caçado Mascarenhas Pontes

Endereço: Rua Espirito Santo, 1204 Sala 605

Bairro: Centro - Belo Horizonte - CEP: 30160-031

Telefone:

Especialidade: Nutricionista

Confira o **quadro de horário de atendimento** dos médicos

CLÍNICA

Mauro Carneiro de Freitas

Terça – 13h às 17h

Quarta – 14h30 às 16h45

Sexta – 9h às 11h

Novo **Volvo XC40**
DESCONTOS DE ATÉ
11% para **associados**



▼
Confira **outros modelos** disponíveis
e as condições de compra.

**INVISTA EM LCA E LCI,
COM RETORNO DE 100%
DO CDI, PELO APLICATIVO
DAYCONNECT OU
INTERNET BANKING**



Opções de
investimentos
rentáveis
e seguros.

Informações: **31 3115-4571**
www.daycovalinveste.com.br

Daycoval | Investe

AMMP CONECTADA A VOCÊ!

ATUALIZE SEU
CADASTRO COM
E-MAIL E TELEFONE:

ENVIE PARA

✉ cadastro@ammp.org.br

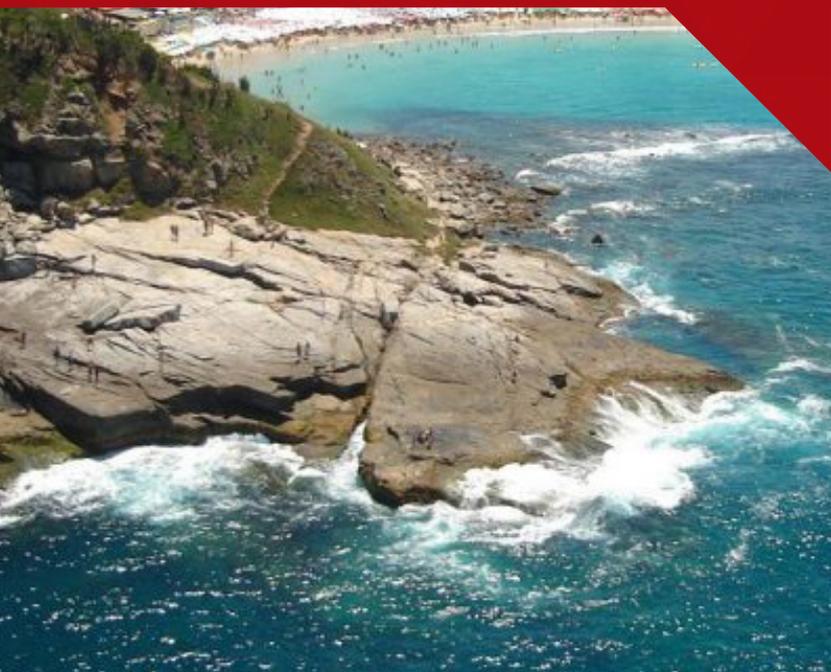
☎ (31) 99782-5709

☎ (31) 2105-4878

MANTENHA
SEUS
DADOS
ATUALIZADOS

E FIQUE POR DENTRO DE TUDO O
QUE ACONTECE NA ASSOCIAÇÃO!

Sorteio dos
apartamentos
em **Cabo Frio**.
Semana Santa
17/4 a 21/4.



Inscreva-se até dia
22/2 para participar.
O sorteio vai acontecer
no dia **25/2. Boa Sorte!**

Inscrições e informações:

(31) 2105 4878

turismo@ammp.org.br



ASSOCIAÇÃO MINEIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

 [ammpminas](https://www.instagram.com/ammpminas)

 [facebook.com/ammpmg/](https://www.facebook.com/ammpmg/)

Inscrições abertas para a corrida Circuito das Estações em março

Já estão abertas as inscrições para a primeira corrida do Calendário de Esportes da AMMP. O tradicional Circuito das Estações se inicia com a corrida Outono, no dia 24 de março, com largada na Nova Praça da Pampulha. Os horários de largada ainda serão definidos, mas já é possível fazer a inscrição através do e-mail esportes@ammp.org.br

A AMMP oferecerá toda a estrutura para os atletas da Associação com fisioterapeutas, professor de Educação Física, guarda-volumes, fornecimento de água, frutas, cereais e suplementos.

A retirada do kit para a Corrida também poderá ser feita pela equipe de Esportes da AMMP.



Prepare-se para a Volta da Pampulha este ano

A maior corrida do Calendário de Esportes da AMMP com 18km de percurso já está com as inscrições abertas.

A Volta Internacional da Lagoa da Pampulha acontecerá no dia 8 de dezembro e os atletas já podem se preparar para completar o percurso.

A inscrição poderá ser feita diretamente no site www.yescom.com.br

A AMMP oferecerá infraestrutura completa para os atletas.

